

n<sup>o</sup>  
0



Cadernos  
de *Alferrara*

|                             |                                                                                  |
|-----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Título</b>               | Cadernos de Alferrara                                                            |
| <b>Autores</b>              | Fernando Pessoa, J. Delgado Rodrigues, Sofia Aleixo, Telmo Pina e Victor Mestre  |
| <b>Edição</b>               | Associação de Municípios da Região de Setúbal                                    |
| <b>Paginação e grafismo</b> | Fábio Vicente                                                                    |
| <b>Fotografias</b>          | Fábio Vicente, Fernando Pessoa, J. Delgado Rodrigues, Telmo Pina e Victor Mestre |
| <b>Impressão</b>            | Regiset                                                                          |
| <b>Depósito legal</b>       | 978-989-20-7651-5                                                                |
| <b>Tiragem</b>              | 300 exemplares                                                                   |

|                                                                                                                                                                                                                                                |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <i>Caderno 0.1</i><br><i>O tempo do templo e o enigma do lugar de São Paulo</i><br>Victor Mestre   VMSA Arquitectos                                                                                                                            | 8   |
| <i>Caderno 0.2</i><br><i>Intervenção paisagística</i><br>Fernando Pessoa                                                                                                                                                                       | 16  |
| <i>Caderno 0.3</i><br><i>Convento de São Paulo, na Arrábida.</i><br><i>Notas sobre a preservação dos materiais</i><br>J. Delgado Rodrigues                                                                                                     | 40  |
| <i>Caderno 0.4</i><br><i>Quinta de S. Paulo – Sistema Hidráulico</i><br>Telmo Albuquerque Pina                                                                                                                                                 | 56  |
| <i>Caderno 0.5</i><br><i>Conventos de São Paulo e Capuchos</i><br><i>Relatório Diagnóstico - 2011</i><br>Victor Mestre e Sofia Aleixo                                                                                                          | 79  |
| <i>Caderno 0.6</i><br><i>Síntese da metodologia de intervenção inscrita no</i><br><i>plano director de conservação, restauro e reversão da</i><br><i>unidade patrimonial da Quinta de São Paulo - 2017</i><br>Victor Mestre   VMSA Arquitectos | 120 |

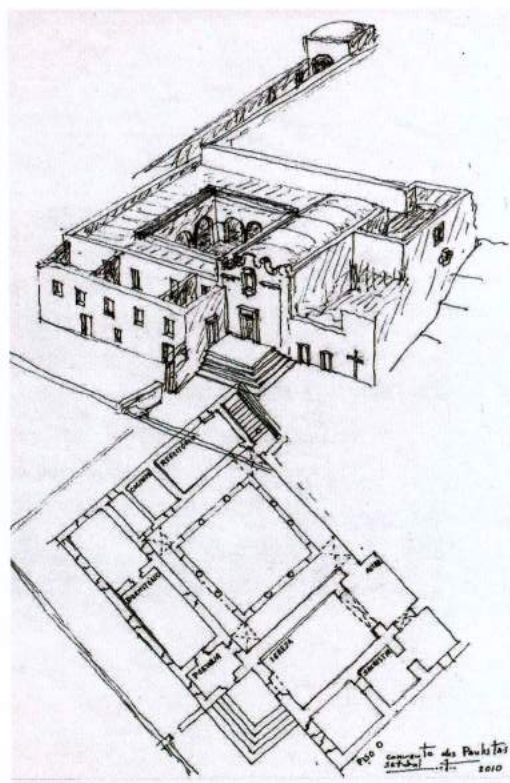
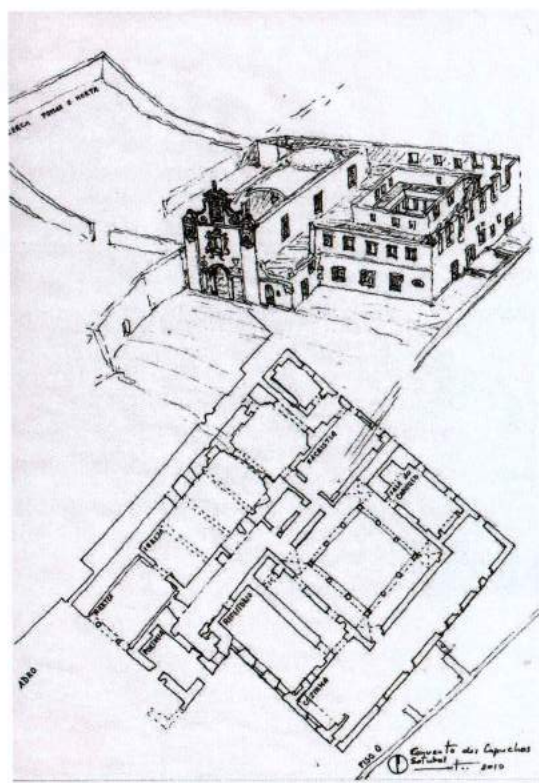
# *Caderno* **0.5**

*Conventos de São Paulo e Capuchos*  
*Relatório Diagnóstico - 2011*  
*Victor Mestre e Sofia Aleixo*

5. *Aos Capuchos. - Tomam-se as estr. De Palmela (p. 668) ou Azeitão (p.671), até ao entroncamento do Rio Figueira, e de aí sobe-se através de olivais, laranjais, hortedos e campos de pastagem. A certa altura a Quinta dos Bonecos, onde, em 1866, pertencendo a propriedade aos O'Neill, esteve hospedado o célebre escritor dinamarquês Andersen (p.11, n.º 1).*

*Nos Capuchos as ruínas dum antigo mosteiro de monges arrábidos fund. Em 1333, reedif. E ampliado em 1578 por D. Estêvão da Gama, filho do 1.º conde da Vidigueira e neto de Vasco da Gama. Os azulejos da igr., muito interessantes, têm desaparecido a pouco e pouco. Vistas para o Sado, Setúbal, Brancanes, serra do Viso, e os laranjais que deste ponto vão até à cidade.*

*A O. e um pouco acima dos Capuchos, com uma linda mata de pinheiros mansos, a quinta de S. Paulo, no local de outro convento (da N.ª S.ª da Conceição), fund. Em 1393. «É um dos mais pitorescos arrabaldes desta terra, com grandes pinheiros mansos monumentais e água corrente, vinda da serra, serpenteando pelos pomares. A mata é um mimo de frescura, e as heras, trepando pelas árvores antigas, dão a tudo o aspecto duma mocidade que não morre nunca. No dia em que o turismo regional tiver um roteiro, S. Paulo será, fatalmente, visitadíssimo.» (Adelino Mendes). Na capela da quinta azulejos de albarradas. As laranjas de S. Paulo são as mais saborosas de Setúbal. (Amaral, 1924: pp. 664-665)*



Esquissos de Victor Mestre, Convento de São Paulo e Convento dos Capuchos





“Serra de São Paulo” – A Oeste Convento de São Paulo  
A Leste Convento dos Capuchos

---

### *O sítio dos conventos - a serra, a várzea, o mar*

A cordilheira que começa no esporão de Palmela e se forma em direcção ao Ocidente, como um longo “dorso” adormecido até onde nasce a Arrábida, para mais à frente, envolta num denso manto verde, se precipitar sobre o oceano, constitui um lugar único de beleza ímpar. Esta graça da Natureza emoldura a distendida várzea de Setúbal em toda a frente do Sado. Na outra margem, Tróia, uma frágil península que se “move” consoante a força dos ventos, ainda que cada vez mais artificializada pela fixação das dunas nas impiedosas fundações das antigas e actuais construções, caminhos e estradas iniciados nos anos 60 do século XX. Em tempos antigos, os romanos fixaram-se nesta península, iniciando a produção de pasta de peixe, construindo uma imensa fábrica cujos vestígios ainda hoje persistem.

Do Castelo de Palmela podemos admirar uma paisagem, sem limite, de Lisboa a Sintra e vale do Tejo, aos montados que ainda ousam chegar perto de tantas suburbanidades dispersas e abruptas no seu contacto com a ancestral continuidade do solo agroflorestal.

A Sul a várzea que até meados do século XX se encheu de laranjais e brisas de aromas das flores que se transformavam em doces laranjas da “Baía”, ou seja, da baía de Setúbal. A Sul “a cidade – modelo” de urbanismo tardo-medieval português, com a sua Rua Direita, a Rua dos Mercadores e toda a estrutura política e urbana hierarquizada a partir do centro económico e religioso. O seu termo era definido pelos conventos e respectivas cercas, bem como por algumas quintas e casais rurais de produção.

A Sul o mar, razão de ser da cidade ribeirinha com os seus estaleiros, artesãos e artífices de seculares mesteres. O buliço da cidade ribeirinha ocorria entre a praia, os varadouros e estaleiros improvisados e os pequenos largos da cidade adentro, depois de passar as primeiras ruelas perpendiculares à praia.

A rua paralela à baía junto à praia é coisa recente, do século XX já avançado. Foi como se a cidade tivesse sido virada, deixando a ruralidade a Norte e o centro suspenso para ganhar o tempo “moderno” do advento dos banhos de mar a par da expansão dos portos e respectivos edifícios complementares. “A avenida do passeio público”, ficou entretanto a mediar a cidade tradicional e a frente marítima que entretanto se foi afastando em sucessivos aterros (des) ligados dos ancestrais caminhos cada vez mais apropriados pelos veículos motorizados.

Com o tempo, na transição entre séculos e sobretudo a partir de meados do século XX, a cidade expandiu-se absorvendo conventos, capelas e igrejas outrora isolados, com especial destaque para o Convento de Jesus, uma preciosidade da arquitectura quinhentista portuguesa. Este convento constituirá a pedra fundadora da erudição artística e arquitectónica da cidade de Setúbal; nele residirá a esperança da transformação sócio cultural desta cidade a par de outros monumentos e edifícios incontornáveis na paisagem setubalense como o Forte de São Filipe, mas também a moderna arquitectura dos edifícios do Porto de Setúbal do arquitecto Paulo Cunha ou o espartano e harmonioso edifício da Segurança Social, da autoria do arquitecto Raul Chorão Ramalho que, como um imenso convento, refunde um lugar urbano de elevada qualidade plástica, ambiental e funcional.

O termo e arredores de Setúbal constituem hoje uma dispersão de acontecimentos soltos desligados com vias rápidas a acentuar a desqualificação da paisagem.

Repensar esta cidade é urgente, não excluindo partes mas, precisamente, incluindo e ligando-as através da rápida unificação de estruturas isoladas entre si, de modo a humanizar espaços inóspitos, inabitáveis, insalubres e segregados da vida dos vizinhos.





Quinta de São Paulo, Setúbal e o Mar – vista do adro do Convento de São Paulo

Agregar e promover o encontro social, através do retorno às actividades da terra, repor a várzea a produzir em pequenos negócios e ou integrando hortas urbanas para potenciar o convívio e a troca de produtos e experiências, poderá mudar positivamente não só a paisagem como a vida dos setubalenses. Ambos poderão constituir uma significativa possibilidade para aumentar a compreensão e a admiração da comunidade local pela riqueza esquecida, por vezes desprezada do património ecológico excepcional de que poderá desfrutar.

Num tempo antigo as cercas dos conventos funcionaram como celeiros da comunidade monacal; nos tempos imediatos surgiram as quintas; no tempo actual faz de novo sentido o retorno à pequena e média produção para as comunidades organizadas de vizinhos ligando a cidade ao campo e vice-versa, assegurando ainda a formação e manutenção de corredores verdes contínuos até ao centro da cidade, onde a biodiversidade se instala ou aumenta com largas vantagens para a qualidade de vida dos cidadãos.

Da urbanidade histórica ribeirinha às cercas antigas de conventos, quintas e casas rurais, passando pelas “terras de ninguém” da cidade fragmentada da várzea até aos conventos da meia encosta, respectivamente os Conventos dos Paulistas e Capuchos, entende-se a grande unidade paisagística.

Reabilitar estes dois conventos será não só um gesto piedoso para com tão importante património arquitectónico, mas sobretudo uma oportunidade de pensar o território, a paisagem e o modelo de desenvolvimento para a cidade de Setúbal.

A cidade contemporânea é hoje, garantidamente, um conjunto de fragmentos pulverizados num território irregular, de fronteiras ténues e difusas, não só em termos geográficos e físicos mas também humanos nas suburbanidades. A estratificação social será hoje, em muitos casos, mais evidente do que em muitos períodos anteriores ocorridos na era pós-in-

ustrial, dentro dos próprios núcleos históricos ou tradicionais.

Setúbal, com as suas particularidades de cidade portuária e industrial em contra-ciclo económico, revela-nos todas essas fragilidades com destaque para o campo sócioeconómico, com profundas consequências na área sócio cultural. A desagregação de um determinado tecido social por parte do desígnio colectivo aqui reflectido na tradição fabril, abriu brechas profundas na coesão social, no equilíbrio e nas dinâmicas da comunidade. A um tempo de sofrimento de disfuncionalidade sócioeconómica, tradicionalmente emergirá um novo período, sobretudo uma nova esperança que reagregue, que potencie estabilidade social, económica, cultural e emocional em harmonia com a envolvente, seja esta construída, espaço aberto urbano, rural sem uso ou produtivo.

A cidade regenerada tende a procurar, física e socialmente, novos locais para novas actividades, novas formas de relacionamento e mesmo novas oportunidades na criação de emprego. Uma sociedade transversal às formas espontâneas e planeadas que conduziram à estratificação social das últimas décadas e respectivos desligamentos entre si, a cidade histórica e os lugares da tradição, tenderá a superar-se pela capacidade mobilizadora das comunidades de vizinhos em geral e da força indutora de “alguém” em particular, com ou sem os poderes institucionais envolvidos. A sociedade civil tende a emergir e, em complemento ou em alternativa à sociedade organizada nos padrões sóciopolíticos correntes, responder aos seus anseios e as suas reais necessidades.

Por vezes, algumas soluções para os problemas procuram-se e propõem-se no seio da comunidade, de modo a despoletar interesse, discussão e partilha de ideias de conceitos e resultando em propostas.

O património arquitectónico, histórico, arqueológico, paisagístico, artístico, só se protege se for compreendido, se interessar e/ou pertencer à comunidade, fazendo parte

das suas rotinas ou de algum modo, integrar-se nos afectos de referência. A tudo isto se poderá chamar estima pública, ou seja salvaguarda por parte da comunidade que vê num determinado objecto, espaço, edifício ou outro qualquer testemunho como algo que de forma concreta e ou abstracta é parte indissociável da sua existência sócio cultural.

A dificuldade estará no entrosamento de todos os intervenientes no(s) processo(s), considerados oportunos, valiosos, na capacidade organizativa e mobilizadora da comunidade que mesmo quando solicitada, reage de forma pouco expressiva, concreta e, consequentemente com resultados insuficientes, inconsequentes, não raramente ficando a um passo da desmobilização. Tal situação tem caracterizado, salvo honrosas excepções, a última década. Hoje em dia não existirá um tema, uma causa, um objecto a proteger, a salvaguardar, a transformar per si. Actualmente a(s) soluções tenderão a resultar a partir da capacidade de agregar vários "itens", por vezes distintos entre si mas que no conjunto, configuram uma ideia, um programa, um resultado, com largos benefícios em diversas frentes, da cultural à económica, da social à política.

*“Mas ambas as serras são também zonas de separação e de passagem: a verde e nebulosa Sintra é o limite atlântico da região; a calcária e soalheira Arrábida é já um fragmento do Mediterrâneo. Dos seus pontos altos, dominam-se esplêndidas paisagens de mar e terra, onde se sucedem a perder de vista os sucessivos recortes de uma costa imensa.”*  
(Mattoso, Daveau, Belo, 2010: p.508)



Claustro - do Convento de São Paulo

---

***Diversidade e complementaridade  
entre conventos.***

***Para melhor servir a cidade,  
a comunidade, o cidadão.***

O estado “volátil” em que a actual sociedade se encontra, resultado de políticas errantes, sem desígnio, sem brilho, mergulhada numa cinzenta globalização europeia, parece ter anesthesiado os valores regionais e locais e respectiva cidadania activa.

Abrir estes dois conventos à comunidade parece-nos à partida algo não só amistoso como auspicioso enquanto objectivo. Mas não é suficiente! Importará fazê-lo com critérios perfeitamente claros ainda que os seus usos possam não estar definidos. Ou seja, consideramos oportuno criar condições mínimas para uma primeira etapa experimental e só num período posterior “ensaiar” usos mais precisos, mais articulados entre convento(s) e a cidade.

A “inventar” nesta fase, “programas fictícios” para os conventos, quando não se tem um objectivo concreto, uma opção, um uso, uma necessidade e/ou uma oportunidade económica, política, cultural e/ou outra, é um risco, se não mesmo uma precipitação com consequências económicas e quicá patrimoniais, potenciadores de danos irreversíveis e inúteis.

A incontornável valia patrimonial parece-nos evidente como também a necessidade de estancar a contínua degradação assim como, e em complemento, se torna evidente a necessidade de implementar uma estratégia planeada a médio/longo prazo para a sua reabilitação mínima.

O tempo actual é de escassez de recursos financeiros, de uma certa saturação de programas replicados em edifícios que pouca gente procura e usufrui, com o consequente abandono, após avultados investimentos, contínuos gastos em manutenção, constituindo-se em testemunhos do que não



Claustro - do Convento de São Paulo

se deve fazer. E, apesar do mérito de algumas recuperações, reabilitações que permitiram que os monumentos permanecessem num novo ciclo para as futuras gerações, ficaram estas também com os encargos e as dificuldades da implementação de um uso qualificado e sustentável. Certamente que não apelamos ao imobilismo, muito menos ao abandono, contudo procuramos propor pequenos e assertivos passos de modo a que estes se enquadrem numa metodologia de abordagem e simultaneamente de uso. Ou seja, estamos a propor que o propósito da reabilitação seja o agente mobilizador e simultaneamente permita o usufruto dos espaços dos conventos. Restaurar, Recuperar, Reabilitar com tarefas partilhadas entre especialistas e trabalho voluntário organizado para e por cidadãos interessados nestas áreas associadas à natureza, à ecologia e sobretudo por contribuírem para a coesão social, ao mobilizar grupos de cidadãos, colectividades, pequenos e médios empresários e cidadãos ilustres e anónimos de Setúbal para a reabilitação dos conventos sob a direcção e a estratégia da Associação de Municípios da Região de Setúbal poderá constituir um desígnio, na pretensão de abrir os conventos aos cidadãos participando em diversos tipos de actividades, depois de se instalarem as condições mínimas de segurança, acolhimento e higiene.



Claustro - do Convento dos Capuchos





Integração na paisagem - Convento dos Capuchos

---

***Momentos suspensos no tempo - os caminhos dos conventos e os caminhos da serra.***  
***“A cidade e a serra”***

A cidade prolonga-se no território, nos caminhos, nas veredas quase apagadas pelo tempo de abandono do usufruto da serra. Em consequência deu-se a regeneração da natureza sobre a paisagem cultural. Sinais da alteração da estrutura sócioeconómica dos vizinhos deste lugar que deixaram as actividades agrícolas e de pastoreio. Contudo ainda são visíveis na paisagem alguns traços, algumas “memórias” desses casos. Desde logo a estrutura fundiária com o geometrismo dos campos, as cercas e vedações, os sulcos na terra do corte dos arados, as árvores plantadas, as sebes, alguns registos nos afloramentos rochosos dos rodados de veículos antigos e modernos. Mas sobretudo observamos o retorno do solo maninho sobre o longo e forçado poiso dos solos produtivos.

E é no despertar da Primavera que observamos a força interior da terra que procura repor as suas memórias, as suas ancestrais raízes que sempre permaneceram como uma imensa reserva da ancestral floresta mediterrânica da serra da Arrábida. O retorno “controlado” da floresta endémica deste lugar, a par da manutenção e exploração dos melhores solos produtivos poderá vir a repor um adequado interface entre a serra e a cidade, e vice-versa. E que melhor lugar do que este da meia encosta onde se localizam os Conventos de São Paulo e dos Capuchos. Como em nenhum outro lugar se pode observar esta necessidade, aliás como no passado quando não existiam cicatrizes tão profundas na paisagem, a vastidão da várzea e a magistral presença da serra, fundiam-se na sua interdependência.



Caminho da Casa de Fresco - Convento de São Paulo

As quintas que ainda permanecem são disso testemunho com a sua ancestral delimitação. A Poente as quintas de S. Romão, Arca d'Água e Serrado, a Sul os 47 hectares da quinta dos Paulistas, a Nascente a quinta de Vale Verde e numa proximidade com a cidade temos ainda as quintas dos Bonecos dos Machados de Santo António e Aloé.

Conhecidas as potencialidades da envolvente, e o assertivo programa para a quinta de S. Paulo, mais uma vez pensamos que “muito pouco há a fazer” no curto prazo a não ser a manutenção sem agravamento das condições existentes, de modo a se criarem com segurança novos passos que optimizem essas condições de visita e uso controlado dos conventos.



Adro / Miradouro - do Convento de São Paulo

---

### ***Interdependência entre conventos - memórias para um retorno e salvação***

A unidade a estabelecer entre conventos será provavelmente à partida a mais adequada forma de assegurar a sua permanência, o seu pleno usufruto. Per si, são dois conventos com tipologias semelhantes mas em conjunto são dois conventos diferentes que se complementam. Enquanto que o convento dos Paulistas aparenta uma fundação mínima que apesar de ter evoluído por diversas etapas nunca perdeu a contenção e austeridade física e formal, enquanto que o Convento dos Capuchos assentou na serra uma arquitectura de cânone regulada por um programa artístico ambicioso. A escala, proporção, distribuição funcional dos compartimentos em função da implantação escolhida, é por si só reveladora da qualidade arquitectónica deste convento cujas ruínas nos transportam para um lugar mágico, misterioso para uma força espiritual criada na terra, como coisa telúrica. As actuais ruínas e respectiva localização transporta-nos para outros lugares da diáspora portuguesa, onde esses assentamentos foram fundadores de novas urbanidades.

Noutro registo, e apesar da sua singeleza, se nos abeirarmos da interioridade do convento dos Paulistas e observarmos cuidadosamente a sua delicada relação com a serra, a encosta, a linha de água e a mina a Norte, compreenderemos as suas ancestrais e humildes raízes. Sobretudo o início precário de um simples e harmonioso ermitério que se transformou em convento. A sua matriz resulta da lenta adaptação e absorção do lugar. Um convento que se construiu com a natureza e não opondo-se a ela é por si só uma sábia solução se pensarmos o quanto terá sido complexo, por vezes penoso, transportar os materiais para a sua elaboração, serra acima. Todo este pequeno edifício é revelador de um cuidado sistema construtivo de contenção da natureza, tirando simultaneamente partido desta. Muros, contrafortes, canais, canos, plataformas, degraus e outras acessibilidades associadas a promenades de contemplação e passeio, são subsistemas auxiliares para estabilização de terras, evitando-se derrocadas, deslizamentos subterrâneos

ou rupturas de linhas de água permanentes ou sazonais. A água aliás, será uma das razões principais da sua localização uma vez que esta era captada a escassos metros do centro funcional do convento, ou seja a cozinha, o refeitório, as latrinas, para de novo continuar serra abaixo, sem causar danos na estrutura construída e territorial. Mas a água ainda garantia o cultivo da horta e regadio do pomar, como também “disciplinava” o estio resguardando os monges na casa de fresco, enquanto que, no claustro – representação terrestre do paraíso – procurava a harmonia da contemplação.

Hoje apreciamos ruínas que nos confundem por tão distantes que estão do seu uso ancestral. As lacunas físicas são impressionantes, contudo a ausência de significado perante o que permaneceu parece-nos o mais empobrecedor. Interpretar o que ainda existe será como que uma aventura que necessitará de se complementar em alguns trabalhos arqueológicos para melhor conhecermos todas as relações funcionais internas e externas a estes conventos. Por outro lado, permitir-nos-á também conhecer as actividades associadas e dimensionadas para as comunidades de monges outrora aí instaladas. Todo esse conhecimento poderá vir a revelar-se precioso na justa medida em que se poderá, se não mesmo se deverá, associar à reabilitação arquitectónica e paisagística, enquanto unidades agroflorestais complementadas pela estrutura ecológica da serra.

Ainda dentro da procura do conhecimento revela-se importante saber que tipos de relações terão existido entre os conventos desde a fundação dos Capuchos, após alguns séculos de exclusividade no local por parte dos Paulistas. Essas potenciais relações poderão ter sido determinantes na gestão do território e das suas riquezas. A eventual partilha de bens e serviços poderá ter existido entre ambas as comunidades com potenciais benefícios. Como também importará conhecer as relações com as instituições da cidade de Setúbal, e vice-versa, ou com os casais e pequenas comunidades rurais que medeiam a serra e a cidade.



Refeitório - Convento dos Capuchos

Mas para além dos aspectos mais comuns relacionados com as vivências e actividades dos monges ainda por conhecer, permanecem as razões da escolha do lugar em tão vasta serra. Conhecemos naturalmente a importância das linhas de água, o isolamento propício à meditação e aos votos de obediência das ordens em causa e a relativa proximidade com a cidade. Contudo, razões como a situação da atalaia sobre o território e a imensa baía oceânica, um eventual trilho ancestral de meia encosta com ligação entre lugares sagrados, uma posição favorável à observação do magnífico céu noturno poderão também estar na origem desta escolha. Certo é que o lugar é encantador como uma varanda debruçada para o Éden. O sentido de se viver como nos primórdios da humanidade, junto da natureza pródiga e generosa, reflectirá provavelmente parte desta escolha que no caso dos Paulistas terá constituído no limite a prova da total entrega a Deus, renegando os bens materiais, vivendo dos recursos aí colhidos sem muito mais que o essencial sempre escasso, quase insuficiente, um pouco como sucedia com os frágeis casais rurais instalados na várzea, onde a arquitectura popular revela essas mesmas condições de pobreza endémica, em contraste com as quintas abastadas de produção organizada.

Também a escala, proporção e expressão arquitectónica do Convento dos Paulistas apesar de declaradamente erudita na sua igreja e claustro, e quase popular nas dependências anexas, resultante do programa arquitectónico da ordem, revela uma total ausência de qualquer excesso, uma austeridade sóbria mas acolhedora como uma casa com zonas comuns e privadas dispostas em redor do claustro. A igreja disposta no sentido Norte, Sul expõe-se à paisagem destacando-se dos volumes que se adoçam ao terreno em sucessivos contrafortes de modo a estabilizarem delicadas plataformas. No mesmo sentido da igreja, e a confinar o claustro a Poente, encontra-se o refeitório e a cozinha que recebia directamente da mina e respectivo aqueduto a água fresca e viva que alimentava esta casa. No topo, deveria estar a latrina colectiva no fim da ala das celas, um volume virado a Sul e à magnífica baía.



Igrejas dos Conventos de São Paulo e Capuchos

No piso inferior, provavelmente localizavam-se os compartimentos das alfaías talvez do burro e de outros animais domésticos, todos eles virados para a vereda de acesso ao adro e ao “caminho da Serra”. Aliás seria provavelmente esta a entrada da cerca, a Sul-Poente defendida pela linha de água que pela sua fractura terá originado a construção de um muro contraforte quase como um sistema defensivo, ainda que os corsários estivessem longe e até aí muito teriam para pilhar. Contudo, quem sabe se não se terão aventurado por esses lugares tal como os bandoleiros e salteadores de carruagens dos séculos XVIII e XIX. Seja como for, não são visíveis quaisquer tentativas de fortificação artificial, a não ser que se considere o paredão Sul como algo que surgiu não só para conter a plataforma mas também para “confundir” o local enquanto estrutura fortificada. A própria localização oferece algumas vantagens sobre quem vem com más intenções do vasto território abaixo da consolidada plataforma.

Quanto ao Convento dos Capuchos, este orienta a sua igreja no quadrante Nascente-Poente, criando um pequeno terreiro em frente à enigmática fachada, repleta de baixos relevos com os símbolos da ordem. Uma pequena serliana em pedra da região suporta uma alongada frontaria. A majestática fachada e talvez a moldura vegetal a envolver a ruína transporta-nos para as igrejas do Oriente, para a Índia. No seu interior podemos ainda desfrutar de uma generosa nave dada pelo que resta da abóbada de tijolo e um esplendoroso arco triunfal. Alguns restos de revestimentos como estuques com vestígios de frescos, azulejos e cantarias sugerem que terá sido uma igreja opulenta, rica em decoração. A avaliar pelas cavidades nas paredes, terá tido ricos e adornados altares de talha dourada, com seus santos e objectos litúrgicos de segura qualidade artística.

Ao transitarmos da igreja para o claustro surpreende-nos a sua expressão, a pequena escala acentuada pelos dois pisos, onde se terão localizado as celas dos monges. Na ala Poente no piso térreo parece-nos que se terá localizado o refeitório com os seus tectos estucados de frescos coloridos, de onde se destaca o que resta após derrocada recente - o



Interiores das Igrejas dos Conventos de São Paulo e Capuchos

escudo nacional de grandes dimensões, no centro, como se pode ainda observar noutras salas também abobadadas como de resto parece ter sido o sistema construtivo adoptado em praticamente todo o piso térreo, enquanto que as estruturas de madeira terão sido a solução para o piso superior quer nas armações da cobertura quer nalguns pavimentos sobradados. A Norte-Nascente existe uma ala de dois pisos (terão sido celas) também arruinada como aliás todo o convento, sendo que esta tem a característica de “ancorar” o convento a uma plataforma superior através de um piso mais alto de ligação à encosta. Ligado a esta espécie de eirado encontramos uma pequena cerca murada que não conhecemos a sua utilização, talvez tenha sido o horto ou o pomar. A Nascente, deslocadas uma dezenas de metros, está a mina de água construída e decorada como uma casa de fresco. Integrada numa espécie de grutas e coberta por uma extensa vegetação, parece um lugar de fantasia e mistério, como numa história de duendes e florestas. A plataforma onde assenta este convento é grandiosa em medidas e planura. Os monges deste convento tiveram seguramente “grossos cabedais” ao seu dispor e deles souberam usufruir, construindo à medida desses recursos uma infraestrutura religiosa harmoniosa.

Estes dois conventos são agora parte integrante deste território, cada vez mais absorvidos pela força da natureza que lhes emprestou uma imagem de “ruína bela”, inebriante. Esta imagem que desperta uma certa nostalgia, um certo encanto, é algo perturbante, porquanto a sua permanência nestas actuais circunstâncias levará ao seu silencioso desaparecimento.

Em oposição a esta imagem de ruína, e não muito longe, temos o convento dos monges arrábicos, íntegro e bem preservado em plena serra, com vista para o oceano. Este convento revela-nos provavelmente parte das questões em aberto nos conventos dos Paulistas e dos Capuchos em termos das suas relações com a serra e com os eventuais ancestrais trilhos e caminhos, bem como ainda a “representação” arquitectónica neste cenário, parte integrante da delicada paisagem cultural construída pelos monges.

---

***Protecção, limpeza e considerações básicas.  
Preparação para a 2ª fase:  
usos e interfuncionalidades***

O facto dos dois conventos se encontrarem despojados dos seus interiores em termos de equipamentos fixos e móveis, para além de muitos dos seus espaços terem perdido perceptividade funcional e por vezes física, coloca-nos numa aparente liberdade de reutilização. Contudo, entendemos que se deverá manter o mais possível a tipologia em presença, propondo inclusivamente a sua “refuncionalidade” de modo a nunca se perder a memória material e imaterial deste lugar. A actual memória da organização funcional ainda reabilitável, não só permitirá uma adequada reabilitação estrutural e arquitectónica, como também reconfigurará usos correctos. Ao percorrermos os conventos, tal como se encontram, facilmente entendemos o quanto a actual funcionalidade, em termos da disposição hierárquica em que se encontram espaços e respectivas circulações, é determinante para a sua reabilitação. Senão, vejamos as igrejas. Serão no futuro igrejas, ou quanto muito espaços em que permaneça essa memória, tanto na espacialidade como na expressão, podendo no entanto albergar, em paralelo, usos respeitadores destes lugares, actualmente sagrados. As sacristias serão naturais apoios. As salas de maior dimensão, como refeitórios, poderão ser espaços de multifuncionalidades sem que se tenham de descodificar. Os claustros serão sempre claustros, devendo permitir, após o seu restauro, um usufruto diverso entre a contemplação e usos mais dinâmicos com retorno ao espaço claustral. As antigas cozinhas poderão recuperar parte da sua ancestral função actualizando equipamentos e infraestruturas, tornando-se copas mínimas para receber caterings ou apoio de zonas de retaguarda como arrumos. Palheiros e abegoarias deverão manter também a função de zonas de apoio às actividades dentro e fora dos conventos e nalguns casos pela localização, poderão integrar núcleos de sanitários. As antigas celas, ou o que delas resta, deverão nesta fase ser reabilitadas enquanto volumes e não enquanto espacialidades compartimentadas.



Claustro - Convento dos Capuchos



Claustros - Convento de São Paulo

Nesta linha de pensamento, propomos a consolidação estrutural das estruturas existentes de modo a estabilizá-las a partir das fundações, pavimentos e coroamentos pré-existent. Estes trabalhos deverão ser complementados por trabalhos de drenagem periférica dos conventos, de modo a estabilizar assentamentos diferenciais, nas fundações ocorridas por via de cedência do subsolo. Deverão ainda ser removidas árvores, arbustos e plantas infestantes, com recurso ao corte e infiltração de produtos adequados nas raízes para, à posteriori, serem cuidadosamente removidas. Em paralelo a estes trabalhos dever-se-á proceder à instalação de coberturas provisórias sobre o convento dos Capuchos e completar a cobertura existente sobre o convento dos Paulistas.

Após a estabilização das anomalias activas e a contenção/escoramento de elementos e/ou troços de paredes em risco, dever-se-á proceder a uma limpeza geral de modo a se avaliarem, in situ, os materiais das derrocadas de modo a serem “cartografados” e identificados numa possibilidade de virem a ser repostos/reintegrados nos locais de origem.

Com estes trabalhos cuidadosamente planeados e apoiados pelos respectivos levantamentos topográficos, arquitectónicos e fotográficos permitir-nos-á ainda nesta fase preliminar, não só pensar em usos, como dar início a uma fase experimental para a sua implementação, constituindo um tipo de ensaio em termos de acessibilidades e de interfuncionalidades entre conventos, com eventos planeados em complementaridade. Desta forma, dever-se-á proceder à instalação de infraestruturas mínimas como um núcleo de sanitários em cada convento e uma copa apenas num deles.

Quanto às redes infraestruturais dever-se-ão acautelar apenas as indispensáveis nesta fase como a água e a instalação de uma mini ETAR ecológica, comum aos dois conventos ou em opção conduzir os afluentes para a redeterras, evitando-se derrocadas, deslizamentos subterrâneos instalada na quinta de S. Paulo. Quanto à rede eléctrica, dever-se-á acautelar a sua instalação de modo a que seja

integrada em vala aberta, nos caminhos, com todo o cuidado face aos afloramentos rochosos e à flora local.

Pensar em usos fixos com um programa funcional rígido parece-nos, nesta fase, precipitado pelo que consideramos que em alternativa se deveria utilizar/visitar o(s) Convento(s), durante todas as fases de intervenção de modo a chamar a atenção para eles, denominando este processo “Conventos de S. Paulo e Capuchos - Work in Progress. Uma Via para a Reabilitação e Plena Fruição”.

Nesse sentido todos os anos se deverá implementar uma campanha de limpeza e manutenção geral com pequenas obras de consolidação, em simultâneo com “a campanha” de reabilitação anual ou bianual, conforme os recursos cabimentados e a metodologia a estabelecer por via do “plano orientador”, entretanto aprovado pela A.M.R.S., fazendo incidir os trabalhos em área(s) circunscrita(s).



Sala do Capítulo - Convento dos Capuchos



Ordem dos Capuchos - Convento dos Capuchos

“A Arrábida tira o nome dum *ribat* muçulmano, retiro de oração e preparação para a guerra santa; nos meados do século XVI, estabeleceu-se, na encosta sobranceira ao Portinho, uma comunidade de ermitas, protegida no seu voluntário isolamento pelos bosques e penhascos.

Pelo contraste entre terrenos siliciosos e terrenos calcários, pela exposição ao sul de parte das vertentes mais abrigadas, pelo bravio do relevo, pela falta de água, pela tardia ocupação humana, a Arrábida reveste-se ainda de uma vegetação ‘natural’, restos de uma mata com um sub-bosque denso de arbustos de grande porte. A árvore dominante é o carvalho português (*Quercus lusitanica*), de folha que cai tarde e renasce cedo, às vezes associado ao sobreiro e à azinheira, *Querci* de folha perene, e, nos lugares mais abrigados, à alfarrobeira, que só no Algarve forma povoamentos importantes, propagada pela cultura; mas a maior extensão da mata é constituída por espécies arbustivas, que aqui tomam porte arbóreo: medronheiro, murta, folhado (*Viburnum tinus*), aderno (*Phillyrea latifolia*), algumas urzes arbóreas.” (Ribeiro, 1986, pp.96-97)

---

### ***Bibliografia***

Mota, A. Epílogo de Um Caso Exemplar: Autarquias do Distrito adquirem Sítio e Conventos de S.Paulo e Capuchos. In: Mota, A. (dir) Revista Património. Lisboa, pp. 74-75.

Carvalho, A. (1970). Acontecimentos, Lendas e Tradições da Região Setubalense: Conventos de Setúbal. Volume IV: II parte. Setúbal, Junta Distrital de Setúbal, pp. 57-87.

Serrão, V. e Meco, J. Palmela Histórico: Artística, um inventário do património artístico concelhio. Palmela: Edições Colibri e Câmara Municipal de Palmela, pp. 277-304.

Construtora de Vila Franca, Lda. Levantamento Fotográfico e Identificação de Cantarias. Vila Franca, pp. 2-15.

Belo, A. (2001). Mosteiro de São Paulo de Alferrara / Convento de São Paulo / Convento de Nossa Senhora da Consolação. DGEMN.

Dionísio, S. (1924). Guia de Portugal: I Generalidades Lisboa e Arredores, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Mattoso, J., Daveau, S e Belo, D. (2010) Portugal - O sabor da Terra. s.l.: Cículo de Leitores.

ISBN: 978-989-644-099-2Ribeiro, O. (1986) A Arrábida: Esboço geográfico. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.